

Michael McKenna e Derk Pereboom, *Free Will – A Contemporary Introduction*, New York: Routledge, 2016, 330 pp., ISBN 9781315621548.

O que significa afirmar-se que um agente é dotado de livre-arbítrio? Existem entidades dotadas de livre-arbítrio? É o livre-arbítrio compatível com o determinismo? Estas são algumas das questões que a presente obra se ocupa, escrita por dois dos mais importantes participantes no debate contemporâneo do livre-arbítrio, Michael McKenna, compatibilista, e Derk Pereboom, incompatibilista. Apesar de cada um dos autores defender uma posição própria no que respeita aos temas em apreço é notório o esforço de objectividade e justeza na apresentação e avaliação de todas as teses, ainda que não sejam as acarinhadas por qualquer um dos dois. Na descrição constante nas primeiras páginas o leitor é avisado que a obra que tem nas mãos é uma introdução avançada ao tópico do livre-arbítrio. Essa sua natureza pode imediatamente ser constatada pela simples dimensão do livro: são 344 páginas organizadas em torno de doze capítulos. No que respeita ao texto ele é claro, mas também exigente sendo que o leitor necessitará de convocar toda a sua atenção para conseguir acompanhar as subtilidades e o engenho da argumentação dos autores. Cada capítulo está organizado em torno de um tema principal. A estrutura dos capítulos é, essencialmente, a seguinte: (1) apresentação genérica do tópico em apreço; (2) apresentação das principais teses em confrontação; (3) avaliação por parte dos autores dos méritos de cada posição em contenda e (4) sugestões de leitura e aprofundamento bibliográfico.

Na introdução os autores estabelecem a íntima conexão que existe entre o livre-arbítrio e a responsabilidade. Sem a real possibilidade de se agir de uma maneira diferente daquela que efectivamente se age não pode ser imputada responsabilidade moral ao agente. Somos também apresentados às principais questões que dizem respeito ao livre-arbítrio. O que é o livre-arbítrio? Porque é o livre-arbítrio importante? É a presença de livre-arbítrio compatível com certos aspectos que caracterizam o mundo natural? Dentro desta questão maior situam-se várias subquestões como a que procura aferir pela compatibilidade entre o livre-arbítrio e o determinismo e que constitui, justamente, o problema clássico do livre-arbítrio. Possuímos livre-arbítrio e agimos ao menos ocasionalmente de um modo livre?

O primeiro capítulo é intitulado “Free Will, Moral Responsibility, and Determinism”, tem início na página 6 e consiste numa apresentação das principais noções que são convocadas no debate do livre-arbítrio. O livre-arbítrio é, logo no início do capítulo, definido como *a capacidade que as pessoas possuem para exercer o controlo necessário sobre as suas ações requerido pela responsabilidade moral*. Ainda que esta definição possa ser revisitada num momento posterior da investigação é um começo interessante para lançar a reflexão, uma vez que nos coloca perante a imediata necessidade de elucidar o que deveremos entender por *controlo* e por *responsabilidade*. Ora, como os autores esclarecem, um agente apenas pode ser responsabilizado por uma acção quando ele tem sobre ela um efectivo controlo.

Ainda assim é necessário notar que o agente pode exercer a sua capacidade para agir livremente num contexto que não é moralmente significativo.

Dada a definição preferida dos autores do termo livre-arbítrio, eles confrontam-se imediatamente com outras hipóteses de definição do termo. Uma é aquela que é preferida por autores como Carl Ginet e Peter Van Inwagen. Nesta outra o livre-arbítrio é entendido como a possibilidade que o agente tem de actuar de maneiras diversas. Um agente é livre quando tem mais do que um único curso de acção possível. Já Robert Kane define um agente livre como aquele que é o criador último dos seus próprios fins e propósitos, sendo que esta definição necessariamente implica que o agente também tem a capacidade para agir de uma maneira diferente daquela que, efectivamente, age. Para os autores do presente livro a sua escolha em definir o livre-arbítrio remetendo para a responsabilidade moral tem como vantagem, quando comparada com a opção de Kane, de que esta última definição surge não como uma assunção, mas como uma conclusão. É possível que para que o agente seja moralmente responsável pelas suas acções ele deva ser o criador último dos seus próprios atos, mas isso depende do grau de controlo que é requerido ao agente para que ele seja, efectivamente, livre.

O momento seguinte da reflexão dos autores volta-se para um tópico que, historicamente, é central na discussão do livre-arbítrio e que se deixa ver no próprio termo, a saber, a vontade. Nesta tradição a pergunta pelo livre-arbítrio corresponde à busca por uma determinada faculdade que é a vontade e a sua eventual posterior caracterização como livre. No entanto, naquela que é a posição dominante da reflexão contemporânea em torno do livre-arbítrio há uma tendência em rasurar a vontade e concentrar toda a reflexão na liberdade da acção. Ainda que o carácter dominante desta posição comece a ser colocado em questão, nomeadamente pelo já citado Kane e ainda Harry Frankfurt, cada um de acordo com o modo singular como desenvolve o seu pensamento, esta diferença não é relevante para o modo como os tópicos centrais da questão do livre-arbítrio são analisados.

O próximo conceito que merece a atenção dos autores é o de *responsabilidade moral*. A questão do livre-arbítrio surge como intimamente relacionada com a da responsabilidade moral uma vez que caso os agentes não possuam livre-arbítrio, argumentam vários autores, então também não podem ser considerados como moralmente responsáveis pelas consequências dos seus atos. Um outro aspeto que os autores imediatamente esclarecem no que respeita à responsabilidade moral é o facto de ela remeter para uma comunidade de agentes morais que podem julgar aqueles que fazem parte dessa mesma comunidade de acordo com as suas eventuais transgressões. Uma posição que surge nesta discussão é a de que os juízos morais não são mais do que a expressão das emoções que são suscitadas pelos atos do agente. A opção contemporânea maioritária é sustentar que a responsabilidade moral é redutível à noção básica e por isso não passível de posterior análise de *merecimento*. Alguém que agiu de modo perverso é julgado como culpado *apenas porque* agiu erradamente. Ora, como percebemos, seria injusto culpar alguém que agiu erradamente se

os seus atos não estivessem sob o seu controlo, pelo que o livre-arbítrio do agente é habitualmente requerido para que este seja tido como moralmente responsável.

Segue-se a discussão do *determinismo*. O *determinismo* é definido como a tese segundo a qual para qualquer momento singular apenas um estado futuro é fisicamente possível. Uma definição alternativa é aquela que considera não momentos temporais, mas antes a própria definição de determinação causal. Um evento é causalmente determinado se não é fisicamente possível que ele não se verifique e um evento determina um segundo se dada a ocorrência do primeiro é fisicamente impossível que o segundo não se verifique. Segundo esta abordagem o determinismo pode ser definido como a tese segundo a qual todo o evento é determinado por um evento anterior. O momento mais interessante da presente discussão é a sugestão que os autores apresentam segundo a qual é possível conceber um mundo em que o indeterminismo é verdadeiro, mas que se situa a um nível que é indiferente para as ações humanas, de tal modo que estas são tão causalmente determinadas como seriam num mundo no qual o determinismo fosse verdadeiro. Na conclusão da presente secção e depois de considerarem diversas possibilidades os autores acabam por assumir para o que resta do livro uma definição de determinismo que é operativa, por exemplo, na reflexão de Van Inwagen. O determinismo é a tese segundo a qual os factos passados em conjunção com as leis da natureza implicam que existe um único futuro possível.

O primeiro capítulo fecha com uma apresentação do indeterminismo. Sendo o indeterminismo a negação do determinismo, aquele é verdadeiro quando, num certo momento temporal, mais do que um futuro é fisicamente possível. Como já foi notado, para que as falhas no desenvolvimento determinista da história do mundo sejam as adequadas à presença do livre-arbítrio, esses momentos de quebra no determinismo deverão situar-se a um nível relevante para as ações livres dos agentes.

Este primeiro capítulo tem como objectivo esclarecer os principais conceitos que são convocados no debate do livre-arbítrio e apresentar as posições que ele motiva. Essa tarefa é levada a cabo com cuidado e atenção aos pormenores. A prosa é rigorosa e estruturada, fornecendo os elementos essenciais para a leitura do resto da obra.

O segundo capítulo tem o seu início na página 29, intitula-se “The Free Will Problem” e apresenta aquele que é o problema clássico do livre-arbítrio, a saber, a tensão que existe entre a presença de livre-arbítrio e o determinismo. Para dar a pensar este problema os autores apresentam uma tríade de proposições, sendo que existem boas razões para aceitar qualquer uma das proposições singularmente, mas a conjunção das três aparenta ser inconsistente. A tríade é: 1) o determinismo é verdadeiro; 2) pelo menos algumas pessoas possuem livre-arbítrio; 3) o livre-arbítrio é incompatível com o determinismo. Para resolver a inconsistência pelo menos uma destas proposições deve ser considerada como falsa.

Feita esta apresentação do problema do livre-arbítrio os autores dedicam-se a descrever as tentativas de resposta tradicionais e como estas podem ser classificadas. As duas primeiras posições a serem consideradas são o *compatibilismo* e o *incom-*

patibilismo. Os compatibilistas são aqueles que aceitam a verdade de (1) e de (2), mas que negam (3). Já o campo dos incompatibilistas é composto por aqueles que defendem a verdade da proposição (3), pelo que não é possível que (1) e (2) sejam simultaneamente verdadeiras. Expressando esta mesma distinção em termos de responsabilidade moral o compatibilismo é a tese segundo a qual a responsabilidade moral é compatível com o determinismo e o incompatibilismo sustenta que aquela é incompatível com este último. Dentro do campo do incompatibilismo é ainda possível distinguir uma multiplicidade de possibilidades. Por exemplo, o *libertarianismo* é aquela posição incompatibilista segundo a qual (3) é verdadeira, (2) é verdadeira e (1) é falsa. Já o *determinismo duro* é a posição incompatibilista segundo a qual novamente (3) é verdadeira, mas uma vez que (1) é ajuizada como sendo verdadeira, (2) é falsa. É ainda possível distinguir um *determinismo suave*, segundo o qual (1) e (2) são verdadeiras e (3) é falsa. Esta tese é, portanto, compatibilista. Uma outra distinção que os autores relembram é a do *incompatibilismo duro*. A originalidade desta posição passa por notar que ou o determinismo é verdadeiro ou o indeterminismo é verdadeiro. Aceitando (3), e é justamente por isso que esta posição é incompatibilista, o que ela vai argumentar é que com a assunção do outro membro da disjunção chegamos a uma incompatibilidade similar, ou seja, o indeterminismo é tão oposto ao livre-arbítrio quanto o determinismo era. Repare-se que segundo esta tese aparentemente nós poderíamos deduzir a falsidade de (2) independentemente do valor de verdade de (1), ou seja, nós poderíamos concluir que não existem entidades dotadas de livre-arbítrio no mundo independentemente de determinarmos se o determinismo é verdadeiro ou falso. Se esta conclusão é aceite por alguns, há autores que ainda assim sustentam que é possível que o indeterminismo, caso verdadeiro, seja de uma determinada variedade que permite a presença de agentes dotados de livre-arbítrio. Por fim temos uma posição radical em relação ao problema do livre-arbítrio defendida por Galen Strawson, a do *impossibilismo*, que simplesmente nega que seja metafisicamente possível para alguém possuir livre-arbítrio. Esta posição pode ser atingida argumentando que a aceitação da verdade das proposições (1) e (3) nos leva à falsidade de (2) ou, simplesmente, sustentando que a própria noção de *livre-arbítrio* é inconsistente.

O título do terceiro capítulo é “Classical Compatibilism and Classical Incompatibilism”, tem início na página 49 e consiste, como o seu título dá a perceber, numa exposição e avaliação da forma clássica do debate do livre-arbítrio. Segundo os autores o debate clássico do livre-arbítrio persistiu até finais da década de 60 do século XX, sendo que do lado dos compatibilistas podemos contar os estóicos, Agostinho, Hobbes, Leibniz, Hume e Mill. O compatibilismo foi herdado no século XX por figuras como Moore, Schlick e Ayer. Já sustentando posições incompatibilistas temos Escoto, Ockham, Suarez, Espinosa e Berkeley. É curioso notar que no que respeita à filosofia analítica na primeira metade do século XX o incompatibilismo era uma posição minoritária, ainda que isso não obstasse que na sua defesa encontrássemos nomes importantes como C.A. Campbell, Richard Taylor e Roderick Chisholm.

Daqui os autores dedicam-se a esclarecer as teses que caracterizam o compatibilismo clássico. A primeira dessas teses é a sua definição de livre-arbítrio, a saber, a capacidade de se agir ou inibir-se de agir da maneira que se pretende sem impedimentos. Isto significa que um agente não é livre quando é forçado por algo externo a si mesmo a agir de um modo contrário à sua vontade. O compatibilismo clássico claramente distingue entre a liberdade da ação e a liberdade da vontade, sendo que apenas a primeira destas noções é entendida como sendo relevante para a questão que nos ocupa. A segunda dessas teses é a tendência a entender o problema clássico do livre-arbítrio como um pseudoproblema, resultando de suposições equivocadas. Por exemplo, segundo esta tese aqueles que sustentam o incompatibilismo entre o determinismo causal e a presença de livre-arbítrio pressupõem que numa operação causal há um poder que inere na causa e que é transmitido ao efeito. Ora, partindo da análise da causalidade da autoria de David Hume, o que se defende é que a causalidade não é mais do que uma constante conjunção de eventos e a propensão que resulta dessa regularidade para se inferir um nexo entre ambos. Se assim for entendida a causalidade, então é perfeitamente possível que a ação de um agente seja simultaneamente causada e livre. A terceira tese consiste na argumentação de que se o indeterminismo fosse verdadeiro, ele iria, na verdade, minar a relação entre o agente e a sua ação, pois a ação não seria mais do que uma ocorrência aleatória que não podia ser atribuída ao agente.

Ao longo deste capítulo os autores apresentaram as principais teses que caracterizam o compatibilismo clássico, sujeitando-o a uma análise minuciosa e identificando os aspetos em que ele deverá ser, claramente, reformulado para se manter uma descrição plausível do livre-arbítrio. Por exemplo, o compatibilismo clássico entende o livre-arbítrio como a capacidade do agente para atuar do modo como pretende sem impedimentos exteriores. Esta tese pode ser colocada em questão lembrando situações extremas de compulsão ou de vício. Em qualquer uma destas duas situações o agente não é forçado a agir de um determinado modo por nada exterior à sua própria vontade, mas não pode ser considerado como livre.

Tomados em conjunto o segundo e terceiro capítulos formam uma apreciação do problema clássico do livre-arbítrio, enunciando a questão e as diversas possibilidades de resposta. A análise é detalhada e minuciosa e merece ser lida por todos aqueles que têm interesse neste problema.

O quarto capítulo tem início na página 72 e tem como título “The Debate over the Consequence Argument”. A estrutura do capítulo é a seguinte: (i) revisão do estado do debate entre os compatibilistas e os incompatibilistas previamente à introdução do argumento da consequência; (ii) apresentação de uma primeira formulação do argumento da consequência; (iii) apresentação das principais estratégias que os compatibilistas utilizam para resistir ao argumento anterior; (iv) reformulação do argumento da consequência; (v) análise da regra de transformação utilizada nesta segunda versão do argumento da consequência; (vi) revisão do debate suscitado por esta segunda versão do argumento da consequência. O argumento da consequência

é um dos principais desenvolvimentos contemporâneos do debate do livre-arbítrio e, em particular, o principal argumento avançado no sentido de defender a tese de que o livre-arbítrio é incompatível com o determinismo. Primeiramente proposto por Carl Ginet e David Wiggins pode ser formulado com Van Inwagen do seguinte modo: “Se o determinismo é verdadeiro, então os nossos atos são consequências das leis da natureza e de acontecimentos do passado remoto. Não depende de nós determinar quais são as leis da natureza nem os acontecimentos que sucederam antes de nascermos. Logo, as consequências destas coisas, entre as quais se encontram os nossos actos presentes, não estão sob o nosso controlo”.

Após a primeira enunciação do argumento os autores começam a preparar a sua análise mais detalhada e para aí chegarem passam em revista a contenda em torno da análise da capacidade do agente para agir de uma maneira diferente daquela que age. O aspeto que aqui está em questão é a eventual compatibilidade entre o determinismo e a capacidade do agente agir de um modo distinto. Os autores apresentam o argumento básico para a incompatibilidade entre o determinismo e esta capacidade:

- 1 – Se uma pessoa age livremente, então ela poderia ter agido de um modo distinto.
- 2 – Se o determinismo é verdadeiro, então ninguém pode agir de uma maneira diferente daquela que, realmente, age.
- 3 – Logo, se o determinismo é verdadeiro, ninguém age de uma maneira livre.

O argumento da consequência é, justamente, uma justificação ou fundamentação da premissa (2) do argumento acima exposto. Dito isto os autores propõem-se desenvolver uma versão modal do argumento da consequência. A opção mais simples para compreender o modo como o fazem é considerar o tipo de proposições característico da lógica e da matemática. Consideremos as proposições ‘se p , então p ’ ou ‘ $2+2=4$ ’. O valor de verdade destas proposições não está dependente da ação de nenhum agente. Assim a verdade das proposições lógico-matemáticas é, para o agente, necessária. Assim sendo, o modo como os autores reformulam o argumento da consequência é o seguinte:

- 1 – Não está no poder de nenhum agente decidir acerca da verdade dos factos ocorridos no passado remoto e das leis da natureza.
- 2 – Não está no poder de nenhum agente impedir que a conjunção dos factos ocorridos num passado remoto e das leis da natureza implique que apenas um futuro seja possível, ou seja, nenhum agente pode decidir acerca do valor de verdade do determinismo.
- 3 – Logo, não está no poder de nenhum agente decidir quais serão os factos que vão ocorrer no futuro.

Os dois elementos principais do argumento exposto são as leis da natureza e os factos que ocorreram num passado distante. A primeira proposição declara que nenhum agente pode decidir quais são as leis da natureza nem pode mudar o passado.

Uma vez que não está no poder de ninguém decidir se o determinismo é falso ou verdadeiro, segue-se que do mesmo modo ninguém pode determinar o que irá ocorrer no futuro. Os autores depois apresentam e discutem três propostas que visam opor-se à conclusão oferecida pelo argumento da consequência. O primeiro aspeto a ser contestado é a tese acerca da imutabilidade do passado. O que se argumenta é que o agente tinha a capacidade para agir e podia tê-lo feito se o tivesse desejado de uma maneira diferente no passado. O segundo aspeto a ser contestado é a tese segundo a qual as leis da natureza são fixas. Para isso a estratégia passa por sustentar que as leis da natureza não são mais do que certas regularidades observáveis entre eventos, de tal maneira que se a história do mundo fosse algo diferente, então seriam outras as regularidades a emergir. O terceiro aspeto a ser contestado é a validade da própria forma do argumento, ou seja, o que é sugerido é que embora as premissas do argumento possam ser verdadeiras a conclusão será falsa. Isto sucede porque o argumento da consequência transfere uma incapacidade do agente para alterar o passado remoto e as leis da natureza para um contexto que é fundamentalmente diferente, a saber, a própria ação futura do agente.

A apreciação do argumento da consequência constante deste capítulo é minuciosa e vai desde versões mais simples do argumento até versões muito mais complexas, recorrendo inclusivamente aos instrumentos da lógica formal. Justamente por isso seguramente este capítulo merece ser lido por todos aqueles que se ocupam do debate em torno do argumento da consequência.

O título do quinto capítulo é “Alternative Possibilities and Frankfurt Cases”, tem início na página 102 e anda em torno de outro dos principais desenvolvimentos contemporâneos do debate do livre-arbítrio, a saber, a tese sustentada por Harry Frankfurt no seu artigo de 1969 intitulado “Alternate Possibilities and Moral Responsibility”, segundo a qual a responsabilidade moral não requer a capacidade do agente para agir de maneira diferente daquela que realmente age. O argumento de Frankfurt envolve uma experiência imaginada na qual um agente considera a execução de uma determinada ação. O mencionado agente sinaliza antecipadamente qual será a sua escolha a um observador e possui um implante cerebral que manipula os processos neurológicos necessários para assegurar que o agente efectua a escolha que o observador pretende. No entanto, o observador nunca tem que intervir e recorrer ao implante uma vez que o agente opta autonomamente pela opção que o primeiro pretendia. O que o experimento pretende fazer é dissociar a responsabilidade moral da capacidade para agir de uma maneira diferente da qual efectivamente se age. No experimento descrito o agente é incapaz de agir de uma maneira diferente, mas nós sentimos que ele deve, ainda assim, ser responsabilizado pela sua escolha uma vez que no caso a escolha foi efetivamente dele e o observador nunca interveio. O experimento distingue ainda entre dois tipos de fatores: aqueles que devem ser invocados na explicação de uma acção, uma vez que são parte integrante das suas causas, e aqueles que tornam uma ação inevitável. No cenário construído as intenções do observador tornam a ação inevitável, mas uma vez que ele acaba por

não intervir não entram na explicação da ação do agente. Os autores prosseguem o capítulo com uma análise de pormenor do argumento de Frankfurt. Isso permite chegar à definição de livre-arbítrio exigida por aqueles que defendem que um agente apenas pode ser responsável quando possui vários cursos de ação possíveis. Neste caso uma ação é livre se o agente tem acesso a uma alternativa robusta a essa ação. Uma alternativa robusta é definida do seguinte modo: para qualquer ação imoral A um agente tem uma alternativa robusta a A se e só se o agente pode voluntariamente efectuar A ou abster-se de efectuar A. Caso se abstenha de efectuar a ação não lhe é imputável qualquer culpa.

O sexto capítulo tem como título “Strawsonian Compatibilism”, tem início na página 124 e é como o título revela e o parágrafo inicial proclama uma leitura do artigo “Freedom and Resentment” de P.F. Strawson. O artigo de Strawson, em conjunto com o argumento da consequência e o argumento de Frankfurt, constituem os principais avanços no debate contemporâneo do livre-arbítrio. O texto de Strawson pode ser entendido como defendendo uma tese compatibilista e envolve uma conceção de responsabilidade moral que integra essa tese. O que isto significa é que cada um de nós, segundo Strawson, ajuíza uma determinada ação como louvável ou reprovável mediante o sentido que ela adquire quando é integrada na totalidade das nossas vidas, em particular no modo como se relaciona com os sentimentos morais e as nossas práticas. Assim, aquilo que torna um ato louvável ou reprovável não se situa no próprio agente ou na sua ação, mas nas práticas e normas de uma comunidade moral. O capítulo termina com um confronto entre a contribuição de Strawson para o debate do livre-arbítrio, o argumento da consequência e o argumento de Frankfurt. O argumento de Strawson distingue-se dos seus predecessores uma vez que ele não diz respeito a um aspecto particular do debate, mas concebe uma forma original de pensar a totalidade da problemática do livre-arbítrio.

O título do sétimo capítulo é “Three Source Incompatibilist Arguments” e tem o seu início na página 146 e marca uma mudança no ritmo do livro. Até aqui os autores dedicaram-se, num primeiro momento, a apresentar e a clarificar os conceitos e a terminologia utilizados no debate do livre-arbítrio e, num segundo momento, a expor os avanços neste debate ocorridos na década de 60 do século XX. Este terceiro momento do livro pretende debruçar-se sobre o estado atual do debate do livre-arbítrio. Antes de mais o que os autores nos fazem pensar é a relação entre o argumento da consequência e o argumento de Frankfurt. Caso, como pretende Frankfurt, seja possível dissociar a responsabilidade moral da liberdade de se agir de uma maneira diferente da qual efectivamente se age, então o argumento da consequência torna-se irrelevante. O que seria verdadeiramente essencial para estabelecer a responsabilidade do agente seria o facto de ele ser o iniciador das suas próprias ações.

O oitavo capítulo tem como título “Contemporary Compatibilism – Seven Recent Views”, tem o seu início na página 178 e ocupa-se do modo como a questão da responsabilidade moral tem sido pensada a partir de um viés compatibilista. São sete as concepções aqui consideradas e a sua lista é a seguinte: (i) o compatibilismo

de perspectivas-múltiplas de Daniel Dennett, (ii) a perspectiva racionalista da Susan Wolf e a variante de Dana Nelkin, (iii) a teoria de ação de Alfred Mele, (iv) o compatibilismo contratualista de T.M. Scanlon, (v) o compatibilismo baseado na justiça de R. Jay Wallace, (vi) a abordagem inspirada em Strawson de Paul Russell e (vii) o compatibilismo de perspectiva de Hilary Bok. O aspeto fundamental comum a todas elas é o seguinte: uma vez que o agente se identifica com o resultado das suas acções, ele assume responsabilidade por esses resultados e adquire responsabilidade moral. O capítulo prossegue expondo os diferentes modos como o termo “responsabilidade” tem sido interpretado no contexto de diferentes propostas compatibilistas contemporâneas. Como se percebe o modo como essa interpretação é construída é decisivo para uma proposta que pretenda sustentar a compatibilidade entre o determinismo e a responsabilidade do agente.

O nono capítulo tem como título “Contemporary Compatibilism – Mesh Theories, Reasons-Responsive Theories, and Leeway Theories”, começa na página 207 e apresenta três esquemas fundamentais de concepções compatibilistas contemporâneas: (i) aquelas que explicam o livre-arbítrio como decorrendo de uma harmonia existente entre as estruturas psíquicas do agente, (ii) aquelas que explicam o livre-arbítrio como situando-se no facto do agente ser sensível a razões quando toma uma decisão e (iii) aquelas que situam o livre-arbítrio na capacidade do agente em agir de várias maneiras.

O título do décimo capítulo é “Contemporary Incompatibilism”, tem início na página 232 e começa por apresentar os três tipos de libertarianismo que estão presentes no debate contemporâneo. Uma primeira modalidade é aquela para a qual as ações são entendidas como eventos, que pela sua própria natureza implicam a presença de um agente, e que mesmo quando são causados por eventos anteriores, como um desejo por parte do agente, envolvem necessariamente ainda um certo grau de indeterminismo, isto para que esteja presente o livre-arbítrio necessário para a atribuição de responsabilidade moral. Uma segunda modalidade é a que começa por afirmar uma ontologia na qual ocorre uma clara distinção entre eventos e substâncias. A causalidade que se verifica entre eventos é fundamentalmente diferente da que se verifica entre substâncias e eventos. O agente é tido como, justamente, uma substância. Uma vez que falamos de uma concepção libertária é ainda necessário que o agente não esteja, ele mesmo, causalmente determinado a causar o evento. Uma terceira modalidade de libertarianismo é a variedade não-causal. O que distingue este tipo é a sua ênfase na singularidade do que é especificamente humano, em particular da sua vida mental, e como este domínio é distinto e não está vinculado às mesmas leis que regem o mundo natural. Depois desta apresentação o resto do capítulo é dedicado a uma análise de pormenor de propostas representantes de cada uma destas variedades.

O décimo primeiro capítulo, que tem como título “Contemporary Incompatibilism – Skeptical Views”, tem início na página 262 e começa por descrever diversos percursos que levam a teses céticas no que respeita à existência de livre-arbítrio. O determinismo duro chega a esta conclusão a partir das assunções de que o determi-

nismo é verdadeiro e o livre-arbítrio é incompatível com aquele. Outros argumentam que mesmo que o indeterminismo seja verdadeiro ele será de um tipo que não permite a presença de livre-arbítrio. Por outro lado os que atacam estas concepções céticas sustentam que elas teriam como consequência a dissolução de uma visão do mundo que toma os seres humanos como agentes livres pelo que a própria moralidade seria algo incoerente.

Segue-se um momento no qual é exposto sumariamente o pensamento de alguns filósofos que sustentaram teses céticas em relação ao livre-arbítrio. São eles Espinosa e, nos nossos dias, Ted Honderich, Galen Strawson, Saul Smilansky, Richard Double, Alfred Mele, Derk Pereboom, Neil Levy e Tamler Sommers. Ainda que a maioria utilize considerações puramente filosóficas alguns, como Mele, vão convocar dados de outras disciplinas, no caso a neurociência, para fundamentar a sua tese. O capítulo termina com uma discussão do modo como a noção de responsabilidade moral pode ser reafirmada num contexto determinista.

O capítulo doze tem como título “Revisionism and Some Remaining Issues”, começa na página 286 e, como se percebe, o primeiro tema a ser tratado é o *revisionismo*, uma proposta avançada por Manuel Vargas, que consiste numa teoria híbrida entre o incompatibilismo, em particular uma versão cética do incompatibilismo, e o compatibilismo. Esta combinação pode ser conseguida porque a proposta de Vargas é constituída por dois elementos, a saber, uma descritiva, que é incompatibilista, e uma prescritiva, que é compatibilista. No momento descritivo reconhecesse que a concepção popular de responsabilidade moral implica que certas condições libertárias sejam satisfeitas, mas para Vargas é pouco provável que os agentes realmente satisfaçam esses requisitos. Assim, a conclusão que neste ponto se atinge é, essencialmente, cética. Os agentes não satisfazem as condições da nossa concepção popular de responsabilidade moral. Desta maneira, essa concepção deve ser reconsiderada e reformulada, removendo os seus elementos incompatibilistas.

Depois da descrição e discussão da proposta de Vargas os autores dedicam o resto do capítulo à apresentação breve de tendências que surgiram recentemente na reflexão em torno do livre-arbítrio. A primeira é a responsabilidade por omissão, que engloba não só a omissão de uma acção, ou seja, o agente decide não agir, mas também o caso em que o que se verifica é a omissão da própria decisão. A segunda é a relação entre a deliberação e o livre-arbítrio sendo que, como os autores nos notam, vultos como Inwagen e Hector-Neri Castañeda sustentam que é uma condição para qualquer deliberação a crença de que o futuro está, de alguma maneira, em aberto, pelo que o determinismo será falso. A terceira é a relação entre a filosofia experimental e o debate do livre-arbítrio, o que implica o recurso a pesquisas de opinião de modo a definir quais são as crenças populares em torno do livre-arbítrio e da responsabilidade. A quarta e última é a relação entre a religião e o livre-arbítrio. Como seria de esperar a questão que neste contexto é mais relevante é aquela que procura determinar se a presença de livre-arbítrio é compatível com a existência de um Deus providencial.

Chegados ao fim da leitura do texto conjunto de McKenna e Pereboom o juízo que se faz é que esta obra é incontornável para todo aquele que quiser pensar a questão do livre-arbítrio no modo em que ela se faz sentir na contemporaneidade. Uma vez que lida também com noções como a causalidade e o determinismo ele não deixa de ser importante para todo o estudioso cujo objeto de reflexão seja o domínio mais alargado da metafísica. Para lá disso, por exemplo, o seu tratamento do argumento da consequência é leitura obrigatória para quem quiser trabalhar seriamente o argumento em questão. A sua leitura é exigente, razão pela qual este não será o livro ideal para o debutante, antes apropriado para o leitor um pouco mais avançado, mas recompensadora, sugerindo ainda ao leitor pistas para leituras posteriores.

José Guilherme B. A. Sutil

Doutorando. Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

jose_guilherme@sapo.pt

DOI: https://doi.org/10.14195/0872-0851_56_10

Roger Scruton, *Music as an Art*. London: Bloomsbury, 2018, 263 pp. ISBN: 978-1-4729-5571-5

Recently, Roger Scruton published a new book on music. *Music as an Art* joins the two other reflections made by the British philosopher, public commentator and author, on the subject of music: *Understanding Music*, published in 2009, and *The Aesthetics of Music*, published in 1997. Some of Scruton's books were translated to Portuguese, like the recent *Tolos, Impostores e Incendiários* (2018), *As Vantagens do Pessimismo* (2016), *Estética da Arquitectura* (2010) and *Beleza* (2009).

In the introduction to *Music as an Art* Roger Scruton claims to further pursue the lines of inquiry launched in *The Aesthetics of Music* and *Understanding Music*. The book is arranged in two parts: "Philosophical Investigations", containing six chapters on different subjects related to music, and "Critical Explorations", counting on eleven chapters centered on several composers, film music, opera, pop music and the music of the future.

The first philosophical investigation starts with the question "When is a tune?". Scruton tries to understand what distinguishes a "genuine melody" from a mere sequence of pitches. He finds out that a melody is a purely intentional object of musical perception and, as so, has an internal constraint exerted by every note on every other, as well as boundaries, this is, a beginning and an end. A melody must follow a direction, each note leading to its successor. One of the implications of such claim is that dodecaphonist and serialist composers end up making no real music, as they seem not to have a genuinely melodic thinking. In dodecaphonic or serial music "notes stand against each other", as Scruton puts it. Schönberg would agree with him about